

Comentário ao artigo de Francisco Noelli

Eduardo Viveiros de Castro

Museu Nacional - UFRJ

Neste momento em que assistimos à retomada do diálogo há muito interrompido entre a arqueologia e a etnologia sul-americanas, um artigo como o de Noelli é muito bem-vindo. Sua publicação na *Revista de Antropologia* é, em si mesma, um sinal dos tempos. Os arqueólogos, entusiasmados com o notável salto adiante dado por sua disciplina nos últimos anos, começam a se expandir para além das revistas especializadas, em alguns casos – evocativos mais de um processo de *élite dominance* que propriamente de expansão pacífica... – com impacto proporcional à ambição das novas sínteses e profundas revisões que anunciam. Os etnólogos, por sua vez, respondendo às mudanças recentes na atmosfera ideológica global, despertam para o horizonte histórico dos povos que estudam; alguns começam a admitir que um termo como “evolução” não é necessariamente um palavrão; outros descobrem novos e insuspeitos encantos no venerável paradigma difusionista. Mais geralmente, a barreira teórica tradicional entre abordagens “materialistas” e “idealistas” mostra-se hoje bastante permeável, pelo menos no plano das declarações de intenção, o que tem

favorecido o intercâmbio ou mesmo a mestiçagem entre os discursos científicos enunciados a partir dos objetos e aqueles enunciados a partir dos sujeitos.

Não há como contestar a lição principal do artigo de Noelli. Os etnólogos dos povos Tupi (e não somente eles) estão, efetivamente, bastante defasados no que concerne aos progressos da arqueologia sul-americana, continuando, em larga medida, a repetir hipóteses velhas, de mais de um século. A culpa, porém, é também dos arqueólogos, que não vinham mostrando grande empenho em divulgar suas novas idéias: a importante tese de Brochado, por exemplo – para ficarmos com os tupi-guarani –, permanece inédita desde 1984. Vários dos estudos citados por Noelli em apoio a seus argumentos, aliás, encontram-se publicados em periódicos algo obscuros, pouco freqüentados pelos etnólogos, ou são trabalhos inéditos. Mas sem dúvida os etnólogos deveriam ter prestado mais atenção às teorias de Lathrap, estas sim amplamente divulgadas, que vêm sendo retomadas (às vezes sem o devido reconhecimento) e desenvolvidas pelos setores mais dinâmicos da arqueologia amazônica.

As observações que se seguem devem ser vistas como questões de um leigo em arqueologia que gostaria de entender melhor certos aspectos do argumento de Noelli. Há três pontos principais nesse argumento. Em primeiro lugar, advoga-se o abandono de um modelo de migração em favor de um modelo de expansão, para o povoamento tupi do continente. Em segundo lugar, propõe-se a substituição do modelo de deslocamento linear norte-sul-norte (da bacia do Guaporé-Madeira para a do Paraná-Paraguai, dali pela costa atlântica em direção ao norte do Brasil) pela hipótese que se poderia chamar “pinça de Brochado”: a partir de um centro de origem na Amazônia centro-meridional, os povos tupi teriam se expandido em duas direções principais, uma descendo o Paraná e o Paraguai em direção ao sul – os Guarani –, a outra descendo o Amazonas e seguindo a costa atlântica no sentido norte-sul – os Tupinambá. Por fim, afirma-se que a ocupação do litoral brasileiro pelos

Guarani e Tupinambá seria muito mais antiga do que se supunha: estes povos “já estavam instalados em seus territórios historicamente conhecidos desde 2000 anos atrás” (pp. 26-27 do manuscrito).

Das três teses acima, duas parecem refletir, tanto quanto novos fatos específicos, novas tendências ou movimentos gerais da arqueologia. Assim, constata-se o relativo descrédito contemporâneo dos modelos de migração-conquista, que associam deslocamentos espaciais de larga amplitude e temporalidades curtas, em favor de modelos processualistas de “onda de avanço”, dependentes de interações complexas entre demografia, ecologia e tecnologia – modelos que supõem, ao contrário dos anteriores, temporalidades longas e movimentos essencialmente locais. Igualmente, o recuo das datações antropológicas é um fenômeno mundial, incidindo sobre todas as escalas, e em algumas regiões (como as Américas e a Austrália) poderá vir a ter consequências dramáticas para as teorias em vigor.

O modelo tupi aqui proposto é muito semelhante (aos olhos – repito – de um leigo) à teoria de Colin Renfrew sobre a expansão dos indo-europeus. Considerando-se que o modelo migratório anterior para os Tupi não deixava de ter analogias com as hipóteses tradicionais sobre a Pré-História dos povos indo-europeus, surge-me a questão, talvez tola mais inevitável: tratar-se-ia, em ambos os momentos, de uma influência dos modelos da arqueologia indo-européia sobre os materiais sul-americanos? Por outro lado, Renfrew (autor citado por Noelli) faz críticas severas a certas suposições clássicas em arqueologia, como a identificação entre “povo”, “língua” e “cultura material”, e portanto à correlação entre diferenciação material (no registro arqueológico) e diferenciação lingüística. Estas suposições parecem, entretanto, assumidas no artigo de Noelli, que, se não as aceita, não o diz com toda a clareza necessária (gostaria de ter visto uma discussão a mais explícita possível sobre o que pensa o autor a respeito das relações entre língua, sociedade e cerâmica “tupiguarani”). O mesmo Renfrew levanta

fortes suspeitas contra a validade geral dos métodos e resultados da glotocronologia, empresa que Noelli parece considerar plenamente válida. De um modo geral, fica-se com a impressão de que as hipóteses que o autor favorece foram, tanto quanto aquelas que ele critica, avançadas a partir de postulados teóricos que a nova arqueologia não considera legítimos.

A hipótese da expansão (*versus* migração) em geral, e da expansão em pinça em particular – Guarani pelo oeste, Tupinambá pelo leste –, parece ter elementos fortes a seu favor. Contudo, certos passos do raciocínio de Noelli deixam a impressão de circularidade. Assim, nas páginas 19, 20 e 31 do manuscrito, argumenta-se contra um movimento tupinambá no sentido Paraguai–sul do Brasil–litoral leste e norte, afirmando que a língua tupinambá é mais antiga que a guarani, não podendo, portanto, ter derivado desta, e que em geral a maioria das línguas tupi-guarani não derivou do guarani. Ora, este argumento só faz sentido dentro de um cenário de expansão, que era justamente o que se queria validar; em um cenário de migração, entretanto, poder-se-ia perfeitamente imaginar que os (proto) tupinambá passaram pelo Paraguai e sul do Brasil em direção ao litoral leste-nordeste, tendo sido sucedidos pelos guarani naquela primeira região. A anterioridade cronológica da língua tupinambá não permite descartar a hipótese de que os falantes desta língua fossem uma primeira vaga migratória; o mesmo se diga da semelhança entre a cerâmica tupinambá e a cerâmica amazônica (*versus* o estilo meridional). As semelhanças entre a língua kokama e a tupinambá, também aludidas por Noelli, parecem também demasiado indefinidas para servir de prova; como diz o próprio autor, resta saber se o kokama é uma língua do tronco tupi, ou se é uma língua tupi adotada por um povo não-tupi.

Uma outra questão, agora especificamente sobre a pinça e sua grande antiguidade: se as populações guarani e tupinambá já se encontravam em seus respectivos territórios há 2000 anos atrás, tendo, portanto, tomado direções divergentes separadas por séculos, como se explica a enorme

proximidade lingüística entre as línguas tupinambá e guarani, e mais geralmente a muito pequena divergência entre todas as línguas da família tupi-guarani? Intuitivamente, isto sugere uma origem comum menos antiga, e parece militar contra uma longa separação entre os ramos guarani e tupinambá. Noelli registra o problema, na página 24, quando escreve:

As datas são muito mais antigas do imaginavam os etnólogos, desde Martius, que propuseram uma expansão rápida da chegada dos europeus. Isto estava apoiado na constatação da similaridade de diversos aspectos lingüísticos e culturais, pois acredita-se que a uniformidade somente seria possível devido à pouca antiguidade do distanciamento entre os Tupi.

Bem, e então? O autor não nos dá nenhum elemento de resposta ao problema. Como se explica tal uniformidade, senão pela pouca antiguidade da separação? Em que se deve acreditar, em lugar do que se acreditava? As datações arqueológicas antigas atribuídas a sociedades tupi-guarani não resolvem o problema lingüístico da proximidade – ao contrário, poderiam mesmo sugerir que as línguas da família tupi-guarani e a cerâmica “tupi-guarani” são entidades completamente diferentes, e que ambas não mantêm, ademais, uma relação transitiva simples com um tipo de estrutura social.

O autor descarta elementos presentes nos cronistas que militam contra a hipótese da antiguidade do povoamento tupi do litoral, ou do deslocamento norte-sul via baixo Amazonas. Entretanto, reconhece que “ainda não há resultados arqueológicos para os Tupi no baixo Amazonas” (pp.18-9), e registra “a falta de pesquisas sistemáticas entre o Rio Grande do Norte e o Maranhão” (p. 30), o que deveria, pelo menos, levar a uma maior circunspecção no tratamento das fontes quinhentistas.

A antiguidade da ocupação, tupi do litoral, admitindo-se que o registro arqueológico corresponda efetivamente a uma entidade sociocultural (e lingüística) designável como “tupi”, suscita indagações interessantes. A mais importante destas, a meu ver, é a seguinte: se os povos tupi estavam na costa atlântica há pelo menos 2000 anos, por que não chegaram a

desenvolver estruturas sociopolíticas “complexas” do tipo dos cacicados da várzea amazônica? A simplicidade e a fluidez sociopolítica dos tupi do litoral poderiam ser racionalizadas, dentro dos esquemas de determinismo ecológico favorecidos por boa parte dos arqueólogos, em termos de sua chegada relativamente tardia nesta região. Mas se eles já lá estavam há tanto tempo, e considerando-se o potencial produtivo dos variados ecossistemas costeiros, é o caso de se especular sobre os fatores inibidores do tropismo “sumério” que arqueólogos como Anna Roosevelt atribuem às sociedades das terras baixas. Ausência de circunscrição ecológica? Mas se autores como Balée propuseram, justamente, modelos de “circunscrição” (disputa sobre certos recursos escassos) para explicar fenômenos como a guerra tupinambá...

Por fim, uma última indagação. Noelli sugere que a cerâmica marajoara poderia ter sido uma derivação da cerâmica tupinambá (p.19). Hipótese fascinante, que me leva a especular: o autor vê alguma verossimilhança na idéia de que o célebre cacicado (ou mini-estado) de Marajó, recentemente descrito por A. Roosevelt, que teria florescido entre os anos 400 e 1300 da era presente, poderia ter sido a obra de uma população de língua tupi-guarani?

Aceito para publicação em novembro de 1996.